

016

ACESSO A SERVIÇOS PÚBLICOS E CONSOLIDAÇÃO DA CIDADANIA



SESSÕES TEMÁTICAS

III **ENEPCP** ANAIS

DESIGUALDADES URBANAS E ESCOLARES: A OFERTA DE SERVIÇOS EDUCACIONAIS EM NATAL/RN

Karoline de Oliveira (UFRN)
Wendella Sara Costa da Silva (UFRN)
Anderson Christopher dos Santos (UFRN)

RESUMO SIMPLES

O objetivo dessa pesquisa é fazer uma caracterização da atual oferta dos serviços educacionais oferecidos pelas escolas públicas (estaduais e federais) de ensino médio do município de Natal/RN. Essa pesquisa foi realizada com base em metodologia quantitativa com análise descritiva de dados secundários provenientes do Censo Escolar da Educação Básica (2018) e das Sinopses estatísticas da educação básica (2018). Do Censo escolar, foram selecionadas variáveis do banco de dados das escolas (infraestrutura e insumos) e dos docentes (formação e vínculo institucional). Em resumo, os dados mostram que Natal enquanto município metropolitano apresenta realidades muito diversas, mas em geral com pouca capacidade de oferta de infraestrutura pelas escolas públicas, principalmente as de âmbito estadual.

Palavras chave: Desigualdades urbanas; Desigualdades escolares; infraestrutura escolar; formação docente.

INTRODUÇÃO

Muitas variáveis são importantes para explicação dos resultados quando o tema é a compreensão dos fenômenos sociais, como por exemplo, os resultados das políticas públicas em suas diversas áreas de atuação. No que se trata das políticas educacionais, a pesquisa na sociologia da educação tem avançado ao longo dos últimos anos para a análise de múltiplas variáveis em conjunto. Ainda assim, isoladamente, essa mesma ciência tem encontrado determinantes mostrando que variáveis como a infraestrutura escolar, a gestão escolar, a formação de professores, a geografia das cidades, entre outros, é importantes e impacta no desempenho escolar dos alunos.

Esta pesquisa foi realizada no âmbito dos estudos do projeto de pesquisa: “Formulação e Implementação de Políticas: promoção da equidade ou reprodução das desigualdades?” que investiga as políticas públicas na área da educação buscando compreender como os efeitos das políticas (desejados ou não) tem atuado como indutores ou reprodutores de desigualdade. Este trabalho também contou com financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES. O objetivo dessa pesquisa é fazer uma caracterização da atual oferta dos serviços educacionais oferecidos pelas escolas públicas (estaduais e federais) de ensino médio do município de Natal/RN. Justifica-se essa análise pela evidência de que a presença de estruturas básicas nas escolas dos municípios brasileiros pode contribuir para aumentar ou reduzir as desigualdades escolares (BEZERRA, 2017).

A pesquisa foi realizada com base em metodologia quantitativa com análise descritiva de dados secundários provenientes do Censo Escolar da Educação Básica (2018). Do Censo escolar, foram selecionadas variáveis do banco de dados das escolas (infraestrutura e insumos) e dos docentes (formação e vínculo institucional) totalizando 121 escolas de nível médio. A análise foi feita com base no número de docentes do ensino médio público (escolas estaduais e federais) em Natal, totalizando uma amostra de 903 casos.

Este artigo está estruturado em duas seções teóricas. A primeira seção discute as transformações urbanas nas cidades brasileiras e os impactos delas para a implementação desigual da política de educação, além de evidenciar a escolha por analisar o município do Natal. Em segunda seção apresenta um debate sobre a influência da infraestrutura e da formação docente no desempenho escolar. Posteriormente os resultados são apresentados, e por fim, breves considerações são traçadas.

AS TRANSFORMAÇÕES URBANAS NAS CIDADES BRASILEIRAS: O CASO DE NATAL

As transformações urbanas que marcam o processo de modernização nos últimos 40 anos têm produzido novas formas de organização social e uma nova ordem urbana nas metrópoles brasileiras. Esse processo é resultado do desenvolvimento heterogêneo e do crescimento populacional no território nacional, que trouxe como resultados a mudança do perfil da população de rural para urbana, além da intensificação da vida social e econômica nas grandes cidades e nas metrópoles (CLEMENTINO; FERREIRA, 2014).

Segundo Clementino e Ferreira (2014), o recente desenvolvimento das Regiões Metropolitanas (RM) no Brasil mostram essas transformações. As mudanças ocorridas no âmbito sociocultural e socioespacial esbarram em aspectos como a ocupação territorial desorganizada e a precariedade da qualidade de vida, pois: “a segregação residencial intensificou-se no interior das cidades e a vida na cidade começou a entrar-se, na medida em que se agravaram os problemas urbanos de transporte, segurança, moradia e tantos outros” (p. 20). Nesse sentido, os municípios que compõem as RM no Brasil vivenciam problemas comuns, como por exemplo, a conurbação e mobilidade diária dos moradores em busca de postos de trabalho e serviços públicos como educação, saúde e transporte (MARTINS, 2015). Dois argumentos centrais ajudam a explicar essas transformações. Do ponto de vista econômico, elas são impulsionadas pela inserção do Brasil em acordos internacionais como o Consenso de Washington, interessado em atender as questões financeiras e produtivas. Esse receituário de lógica neoliberal foi implementado não apenas no Brasil, mas na maior parte dos países da América Latina, sem levar em conta as especificidades de cada país e seguindo uma receita dos países industrialmente desenvolvidos. A adoção do Brasil à esse acordo levou à introdução de uma série de reformas no país, inclusive do ponto de vista educacional. (CLEMENTINO; FERREIRA, 2014; COSTA, 2011; RIBEIRO; KAZTMAN, 2014; CASASSUS, 2002).

Do ponto de vista institucional, essas mudanças são provocadas pela influência das práticas e reformas neoliberais, o que resultou na “crise de governabilidade das cidades” (RIBEIRO, 2000. p. 1). Essa crise ocorre a partir da adoção da guerra fiscal pelos governos como forma de atrair os investimentos produtivos. A soma das mudanças nos fatores econômicos e institucionais durante a década de 90, levou a um contraste entre ricos e pobres criando separações entre as classes e aprofundando os processos de exclusão social (Observatório das Metrópoles, 2004).

A partir dos processos de reestruturação produtiva, principalmente no que diz respeito aos investimentos industriais, o Brasil obteve como resultado um novo padrão de crescimento baseado na produção e no consumo de massa. Esse padrão de crescimento na economia brasileira foi impulsionado a partir da primeira década do século XXI com a implementação de políticas desenvolvimentistas como a valorização do salário mínimo, as políticas de transferência de renda e a expansão do ensino superior. Assim, as cidades brasileiras que constituem as áreas metropolitanas assumem, por um lado, uma importância estratégica para o dinamismo econômico e produtivo, mas por outro são afetadas com os efeitos da metropolização como o aprofundamento das desigualdades sociais e da pobreza e aumento da exclusão social (CLEMENTINO; FERREIRA, 2014).

Cabe ressaltar que a existência das desigualdades urbanas nas cidades brasileiras não são fruto do recente período das políticas econômicas neoliberais e do advento da globalização, pois

No caso brasileiro, nossas cidades sempre evidenciaram processos de segregação, pobreza, contradições capitalistas, desde o período colonial, nos primórdios da industrialização e até a atual etapa das cidades globais. Nos moldes da aglomeração da acumulação fordista, característica da transição para o século XX, a cidade industrial já apresentava suas zonas diferenciadas. (Véras, 2000, p.15)

No entanto, é nesse recente período de transformações que os processos de urbanização são intensificados. Estas transformações estão relacionadas às mudanças sociais e econômicas no mundo como a fragmentação do processo produtivo, a revolução técnico científica e a acumulação flexível do capital. A constituição de uma sociedade informacional, aliada às novas condições capitalistas anteriormente citadas, são os fatores que contribuem para um novo cenário na configuração das cidades contemporâneas (Véras, 2000).

Segundo Ribeiro (2015, p. 17) a evolução das desigualdades urbanas se dá com “o aumento generalizado de acesso aos serviços sociais (saneamento básico, educação, etc.) simultaneamente ao aparecimento de uma nova frente de desigualdade no que concerne a qualidade desses mesmos serviços”. Essas desigualdades podem se apresentar no padrão de acesso e na oferta dos serviços educacionais, e por isso, as pesquisas têm ampliado seus olhares para entender como diversos fatores em conjunto produzem o resultado da desigualdade intra e inter (dentro e entre) as escolas, bem como os fatores externos à ela (RIBEIRO; KAZTMAN, 2014).

Em resumo, no que diz respeito aos municípios que compõem as áreas metropolizadas no Brasil, a concentração de demandas por recursos e o grande contingente populacional contribuem para a intensificação das desigualdades sociais e para a oferta desigual dos serviços públicos. Nesse sentido, a aglomeração urbana da cidade do Natal não pode ser assumida como propriamente metropolitana, mas é caracterizada como em processo de metropolização, ou seja, tem área de influência no âmbito regional. Esse processo é definido por dois elementos: por um lado a expansão física da malha urbana e por outro, a expansão socioeconômica e político-administrativa - produção, consumo, habitação, serviços, turismo e comunicações (CLEMENTINO; FERREIRA, 2014).

Em outras palavras, existe na Região Metropolitana de Natal – RMN, segundo Gomes et al (2014), uma microcefalia no processo de metropolização, pois são concentrados nos municípios que compõem o pólo importantes objetos promotores de desenvolvimento, como: Distrito industrial, Centro Industrial Avançado, universidades, unidades escolares, unidades de saúde, além de um maior dinamismo do setor terciário. Os autores ressaltam características da dinâmica socioespacial presente na RMN que podem configurar desigualdades. Essas desigualdades estão não só na disponibilidade de equipamentos de infraestrutura urbana, mas também em questões demográficas e econômicas.

Do ponto de vista econômico, a cidade de Natal apresenta elevados índices de pobreza e desigualdade social, como por exemplo, a distribuição de renda. Apesar de possuir o maior PIB da RMN, a cidade apresenta alta concentração, sendo que mais de 50% da renda municipal é apropriada pelos 10% mais ricos:

Tais dados demonstram que, embora sendo mais rica, Natal também é o município mais desigual internamente, já que apresenta visíveis condições de marginalização de sua sociedade, como bolsões de pobreza, poluição de seu meio ambiente e falta de infraestrutura urbana em grande parte de seu território”(GOMES et al, 2014, p. 62).

Dado o relato sobre as desigualdades econômicas em Natal, do ponto de vista socioespacial a cidade apresenta uma oportunidade de compreender as transformações da dinâmica econômica e local de um município em processo de metropolização, sendo Natal uma capital que evidencia uma segmentação social pelo mercado de trabalho e tendência à segregação residencial, além da expansão e transbordamento da malha urbana. (CLEMENTINO; FERREIRA, 2014). A junção das características sociais e econômicas da cidade do Natal, aliada à contribuição da literatura sobre as desigualdades urbanas nas cidades brasileiras, fortalecem a escolha pela investigação da oferta dos serviços educacionais neste município.

As reformas educacionais preocupadas com a qualidade da educação começam a ser implementadas na América Latina a partir da década de 1990, dez anos depois da Europa e EUA (CASASSUS, 2002). Essas reformas são realizadas em um contexto de economia neoliberal, concentrando esforços “principalmente vinculados à descentralização, ao financiamento e aos processos de tomada de decisão educacionais” (COSTA, 2011, p.67). Apesar do trabalho empenhado, no Brasil a universalização do ensino fundamental só ocorreu nos anos 2000 e outros problemas como a evasão, a repetência e a qualidade do sistema de ensino motivam a pesquisa nacional para a tentativa de compreender quais os fatores e variáveis influenciam no sucesso e insucesso dos alunos e na reprodução das desigualdades escolares (RIBEIRO; KAZTMAN, 2014).

Estudos recentes já evidenciam como a segregação urbana afeta os resultados escolares. O rendimento escolar dos alunos torna-se diferente a depender da localização de estudo, mesmo no universo das escolas públicas e de uma mesma rede (estadual ou municipal). Alguns autores apontam que a performance escolar de alunos moradores em áreas pobres e periféricas das cidades é pior que aqueles que frequentam escolas centrais ou em bairros nobres (TORRES et al, 2005). Também existem evidências de que mesmo com os esforços empreendidos pela busca da equidade, as políticas educacionais não resolveram o baixo desempenho dos alunos mais pobres, e há ainda, falta de incentivos para que os docentes qualificados trabalhem nas escolas de contextos menos desfavorecidos confirmando “a existência de um círculo negativo que distancia os docentes mais experientes e capacitados das áreas em que são mais necessários” (VAILLANT, 2006, p. 125, tradução nossa).

Os estudos que compõem essa vertente analítica relacionam os conceitos de segmentação territorial e segregação residencial aos processos escolares, inclusive sendo estes fatores potenciais na reprodução das desigualdades na escola. Essa perspectiva está baseada na união dos estudos da sociologia urbana com a sociologia da educação, pelo valor de considerar os contextos sociais produzidos pelas transformações urbanas acima elencadas. Essa corrente analítica é influenciada por paradigmas teóricos da Escola de Chicago durante as décadas de 1970 e 1980, na busca por explicar a concentração em massa de pobres em áreas centrais das grandes metrópoles, o que contribuiu para evidenciar o papel de fatores como isolamento territorial e a desorganização da vida social nas grandes cidades e seus efeitos sobre a performance dos indivíduos. (RIBEIRO et al, 2010; TORRES et al, 2008).

Assim, uma vez que o território é reconhecido como produtor de desigualdades no acesso aos bens públicos, pois as próprias políticas passam a ser ofertadas de modo distinto nele, as desvantagens de oportunidades podem aumentar e os indivíduos podem ter acessos diferentes aos serviços públicos a depender da região em que residem (BEZERRA, 2017). Nessa compreensão, os diferentes acessos à política educacional seria um dos fatores que transformaria desvantagens de acesso em exclusão social, cultural e econômica (TORRES et al, 2008).

Portanto, é relevante compreender se as desigualdades sociais, econômicas e socioespaciais apresentadas na cidade do Natal contribuem para uma oferta desigual de infraestrutura e dos insumos escolares pelas escolas deste município. O capítulo a seguir busca evidenciar os fatores associados às desigualdades escolares aqui investigados: a infraestrutura e os insumos escolares.

DESIGUALDADES ESCOLARES: FORMAÇÃO DE PROFESSORES E A OFERTA DE INSUMOS NAS ESCOLAS

Compreende-se que as desigualdades escolares são resultado da combinação de múltiplos fatores agindo em conjunto (CASASSUS, 2002; RAGIN, 1987). Em vista disso, os fatores intra escola estão relacionados às interações entre os atores que constituem a comunidade educacional, a oferta de infraestrutura e de insumos escolares. Por isso, a análise acerca desses elementos contribui para a percepção de que no que tange a política educacional, mais que o acesso físico à escola, a qualidade e os serviços ofertados também importam (BEZERRA, 2017).

A consideração sobre as desigualdades escolares ganhou impulso em diversas disciplinas, como a sociologia, planejamento urbano, a geografia e a ciência política (RIBEIRO; KAZTMAN, 2014) e as pesquisas têm ampliado seus olhares para entender como diversos fatores em conjunto produzem o resultado da desigualdades intra e inter (dentro e entre) as escolas, bem como os fatores externos à ela. Os fatores intra escola estão relacionados às interações entre os atores que constituem a comunidade educacional, a oferta de infraestrutura e de insumos escolares. Os fatores externos à escola, podem ser compreendidos como aqueles anteriores à escolarização, mas que nela adentram, como o contexto familiar, cultural e socioeconômico dos alunos (CASASSUS, 2002).

As políticas educacionais das duas últimas décadas no Brasil tiveram como objetivo universalizar o acesso ao ensino fundamental a partir de disposições legais presentes na Constituição Federal de 1988, bem como ampliar o acesso ao ensino médio e infantil. Como resultado desses esforços, o país praticamente universalizou na década de 2000 o atendimento escolar da população de 7 a 14 anos para o ensino fundamental. No entanto, os sistemas educacionais de avaliação do ensino como o SAEB e IDEB revelam uma face oposta dessa universalização: a baixa qualidade do ensino público, que embora tenha sido universalizado, não promoveu a redução das desigualdades educacionais (SOARES; ALVES, 2003).

Para Soares e Alves (2003) essas desigualdades persistem e as variáveis podem se sobrepor. Essas desigualdades podem ser de região, cor, renda e sistema de ensino (público ou privado). Assim, um desafio para as políticas públicas, seria o de pensar os incentivos que podem atuar sobre a redução das desigualdades. Por pressuposto, a oferta equânime de serviços públicos, inclusive a oferta de infraestrutura, poderia ser um dos instrumentos para mitigar desvantagens econômicas e sociais dos alunos.

De acordo com Bezerra (2017), a ideia de que a escola pode mitigar desvantagens educacionais geradas a partir de fatores econômicos ou sociais se baseia na possibilidade de convivência escolar entre diferentes classes. Como outro modo de contribuir para a redução das desigualdades, a política educacional pode atuar ofertando igualmente os serviços e a infraestrutura escolar de modo a favorecer os padrões equânimes de acesso ao ensino (BEZERRA, 2017).

Segundo Casassus (2002, p.55) durante essas décadas, as pesquisas centraram-se no uso de técnicas estatísticas da economia, chamadas de “função de produção”, que permitiam avaliar o impacto de cada fator escolar sobre o desempenho dos alunos. Fatores relacionados à infraestrutura das escolas - biblioteca, edifícios, instalações - e a insumos - equipamentos, mobiliário e materiais escolares - são analisados para determinar o peso de cada um no desempenho escolar e assim avaliar quais desses fatores deveriam ser priorizados pelas políticas de modo a obter um investimento público mais eficiente e melhores resultados escolares.

Exemplo da influência dessa lógica nos estudos sobre desigualdades escolares no Brasil, o trabalho de Soares e Sátyro (2007) revela que a infraestrutura escolar produz efeitos na distorção idade- série no ensino fundamental. A pesquisa realizada entre 1997 e 2005 advoga que insumos escolares geram impacto significativo sobre o desempenho educacional, principalmente nas escolas que possuem maior precariedade em suas condições de funcionamento. Esses resultados indicam “a necessidade de conhecer melhor a condição atual das escolas do país, em especial as públicas, responsáveis por 90% da matrícula do ensino fundamental” (SOARES; SÁTYRO, 2007, p. 7). Em outro estudo, Bezerra (2017) aponta que existe uma correlação entre a existência de equipamentos ofertados em escolas municipais e o desempenho dos alunos, pois:

[...] o desempenho médio dessas escolas no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) aponta que, de fato, a presença de algumas estruturas está associada ao melhor desempenho dos alunos. Para os anos iniciais do ensino fundamental, a presença de laboratório de informática e de internet banda larga nas escolas municipais está associada a melhores desempenhos médios das escolas no IDEB”. (BEZERRA, 2017, p. 18).

Dentro dessa perspectiva, uma das formas de mitigar os efeitos negativos que a infraestrutura pode impor ao desempenho dos alunos, seria a oferta de melhores insumos como equipamentos e materiais escolares (livros, cartilhas, cadernos e etc), além de buscar reduzir as assimetrias entre a infraestrutura escolar nas diferentes dependências administrativas (municipal, estadual e federal), bem como entre as redes (pública e privada).

Outro fator importante a ser considerado como insumo (ativo) na melhoria da educação e na oferta equânime da política de educação são os recursos humanos da escola. Dentro desse contexto, desde 2006 cresce no Brasil uma relevante discussão sobre o impacto da formação do docente da educação básica para atuar em sala de aula. Seguindo bases normativas presentes na Constituição Federal de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996, é exigido que o professor possua formação superior completa na disciplina em que atua, ou seja, que esteja adequado às normas legais com curso de licenciatura na área de conhecimento específica.

A LDB, em seu artigo 62, exige a formação em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, para o docente que atua na educação básica tanto para o ensino fundamental II e o Ensino Médio. Segundo o Estudo Exploratório sobre o Professor Brasileiro realizado pelo INEP¹, o número de professores sem formação superior em licenciatura é um problema que se apresenta, em maior grau, nos anos finais do ensino fundamental - cerca de 26,6% dos docentes. No que se refere ao professor do ensino médio, esse fenômeno é menor, cerca de 87% dos professores apresentam escolaridade mínima exigida segundo as normas vigentes educacionais - graduação plena. A preocupação nesta etapa de ensino é que um grande contingente de docentes lecionam em disciplinas diferentes daquela de sua formação inicial. (COSTA; OLIVEIRA, 2011; CARMO et al, 2014; BRASIL, 2009c).

A inadequação profissional é um fenômeno que tem apresentado incidência em todas etapas de ensino da educação básica, mas que historicamente se apresentou com maior evidência no ensino médio (REZENDE PINTO, 2014). Nesta etapa de ensino, mais especificamente, dados do Relatório de 2º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação, publicado em 2018 com dados do Censo escolar de 2016, revelam que o percentual de docentes com formação adequada na área em que lecionam no país é de 60,4%. Apesar da taxa de adequação à formação ter crescido nos últimos anos, o percentual ainda é aquém do que estabelecem as normas legais vigentes no país.

Assim, compreende-se que o docente da educação básica é um importante ator que constitui as interações entre aluno e aprendizagem, por isso, possui relevância dentro da comunidade educacional. Portanto, busca-se traçar uma breve caracterização do corpo docente do município de Natal nas escolas de Ensino Médio, com base em análise de adequação destes profissionais as regras presentes na LDB de 96. Nesse ínterim, o objetivo dessa pesquisa é fazer uma caracterização da atual oferta dos serviços educacionais oferecidos pelas escolas públicas (estaduais e federais) de ensino médio do município de Natal/RN. Justifica-se essa análise pela evidência de que a presença de estruturas básicas nas escolas dos municípios brasileiros pode contribuir para aumentar ou reduzir as desigualdades escolares (BEZERRA, 2017).

¹ Estudo sobre o perfil do professor da educação básica publicado em 2009 com base nos resultados do Censo Escolar da Educação Básica de 2007.

RESULTADOS

Para realizar esta pesquisa, foram utilizados dados provenientes do Censo escolar da Educação Básica do ano de 2018. Dos dados, alguns filtros foram realizados: apenas escolas de nível médio; dessas, selecionamos apenas as escolas estaduais e federais. e; escolas em funcionamento. Ao todo, foi encontrada uma amostra de 121 escolas. Desse total 114 são escolas estaduais e 7 escolas federais. Selecionamos essas duas dependências administrativas por entender que do ponto de vista das políticas públicas é relevante compreender como diferentes entes, com diferentes capacidades administrativas e de financiamento, conseguem ofertar infraestrutura escolar. De acordo com a Constituição Federal de 1988 é de responsabilidade dos estados a oferta do Ensino médio. Já a União tem responsabilidade supletiva e redistributiva, de modo a contribuir para a equalização das oportunidades a partir de assistência financeira aos estados e municípios. Atualmente, esse apoio é realizado mediante o FUNDEB - Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica². Ainda assim, em algumas unidades de Ensino Superior cursos em nível médio são ofertados de modo concomitante, ou seja, cursos profissionalizantes junto ao ensino médio regular. Cabe ressaltar aqui alguns esclarecimentos em relação às escolas de nível médio federais. Estas são: Escola de Música da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN, o Instituto Metrópole Digital da UFRN, o Núcleo de Atendimento Educacional Hospitalar do RN - NAEHD, a Escola da Saúde da UFRN e os Institutos Federais Campus Cidade Alta, Zona Norte e Central.

Em relação às unidades presentes dentro da UFRN, algumas variáveis foram desconsideradas, pois a Universidade possui um grande complexo de equipamentos que servem ao atendimento de toda comunidade acadêmica e, portanto, não poderiam constar presença dentro de departamentos específicos, como por exemplo: quadra de esportes no departamento de educação física e o restaurante universitário. Sendo assim, a presença desses equipamentos apenas foi considerada para as unidades dos Institutos Federais. De fato, todas as unidades federais analisadas apresentaram melhores indicadores em relação as escolas estaduais, em todas as variáveis, com exceção dos itens de infraestrutura acima citados. A seguir, a tabela 1 apresenta o percentual de infraestrutura básica das escolas de nível médio em Natal.

Tabela 1 - Percentual de equipamentos de infraestrutura básica das escolas públicas estaduais e federais, Natal/RN

Infraestrutura escolar	Não possui	Possui	Total
	%	%	%
Laboratório de informática	57,7	42,3	100,0
Laboratório de Ciências	90,6	9,4	100,0
Biblioteca e/ou Sala de leitura	19,6	80,4	100,0
Quadra de esportes coberta ou descoberta	61,8	38,8	100,6
Banheiro dentro do prédio	1,5	98,5	100,0
Dependências ou vias adequadas a alunos com deficiência ou mobilidade reduzida	39,5	60,5	100,0
Sala de secretaria	17,3	82,7	100,0
Refeitório	53,1	53,3	106,4
Cozinha	6,9	93,1	100,0

Fonte: Censo Escolar da Educação Básica, 2018

Das variáveis analisadas, verifica-se a insuficiência ao atendimento de equipamentos básicos necessários ao bom funcionamento das atividades escolares. Este saldo negativo é evidente, principalmente no que diz respeito à existência de quadra de esportes, laboratório de informática, refeitório e laboratório de ciências na maioria das escolas públicas de Natal. Ainda que superem os 50%, as variáveis refeitório e acesso especializado para deficientes ou pessoas com mobilidade reduzida ainda são muito insatisfatórias, mostrando realidade de grande desigualdade na oferta dos serviços. Esse fato apresenta a urgência da discussão sobre o acesso a serviços públicos e a ampliação de direitos e da cidadania.

² Para compreender melhor a função supletiva e redistributiva da União no financiamento da educação básica, ver Daniel Arias Vazquez "Desigualdades interestaduais no financiamento da educação: o caso do FUNDEF".

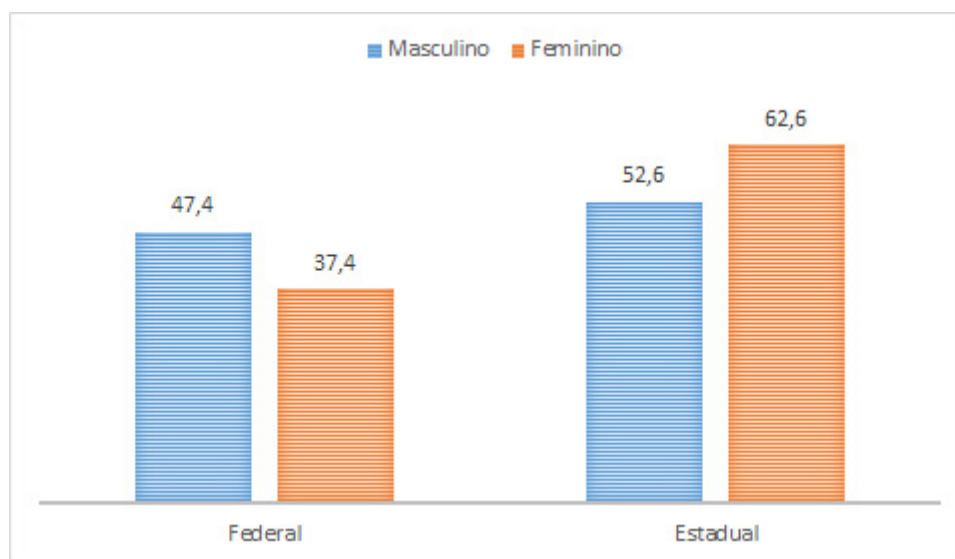
Tabela 2 – Percentual da caracterização de insumos básicos existentes nas escolas públicas estaduais e federais do município de Natal/RN, 2018.

Insumos existentes na escola	Não possui	Possui	Total
	%	%	%
Projektor Multimídia (Datashow)	28,3	71,7	100,0
Aparelho de som	7,4	92,6	100,0
Computador	2,0	98,0	100,0
Acesso à internet	6,1	93,9	100,0
Internet Banda Larga	10,2	83,7	93,9
Impressora	29,3	70,7	100,0
Copiadora	46,7	53,3	100,0
Alimentação para os alunos	38,3	61,7	100,0
Atendimento Educacional Especializado (AEE)	79,1	20,9	100,0

Fonte: Censo Escolar da Educação Básica, 2018.

Quanto à existência de insumos e equipamentos nas escolas estaduais e federais, a tabela 2 evidencia que variáveis básicas para o funcionamento das atividades administrativas e pedagógicas como copiadoras, impressoras e aparelho multimídia ainda não são satisfatórios. Esses insumos já evidenciados como importantes fatores para melhorar o desempenho médio dos alunos nas avaliações nacionais estão abaixo do esperado para garantia de padrões equânimes de oferta educacional. Abaixo, temos a caracterização dos docentes segundo a dependência administrativa:

Gráfico 1. Percentual de docentes do Ensino Médio, por sexo, segundo dependência administrativa, Natal/RN, 2018.



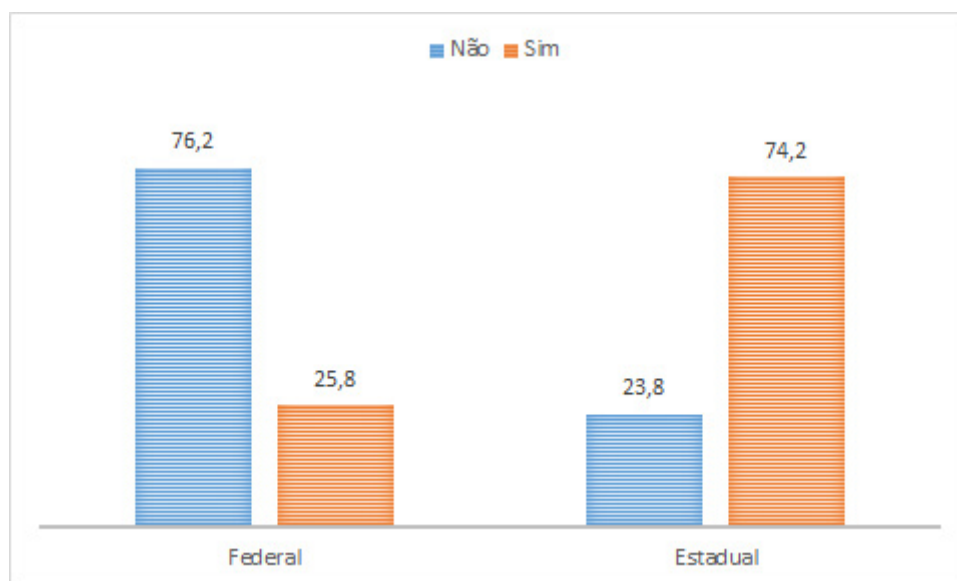
Fonte: Censo Escolar da Educação Básica, 2018.

O Gráfico 1 mostra que a feminização da profissão docente na rede estadual tem correspondência com os dados encontrados para a educação básica no Brasil. Segundo a Pnad de 2006, o sexo do grupo se distribuía no país em 83,1% feminino e apenas 16,9% masculino (GATTI e BARRETO, 2009). Ao contrário, na rede federal a maior parte dos docentes pertencem ao sexo masculino, uma vez que o nível superior possui os melhores salários e maior prestígio. Esse retrato mostra a presente desigualdade de gênero na situação ocupacional no país, que se reflete também no município de Natal.

Em relação à formação docente, 98% dos professores do ensino médio em Natal possuem a formação exigida em nível superior. Mesmo que esse número seja alto, ainda encontramos 2% (equivalente a 18 professores) em serviço, com formação apenas de nível médio. Isso mostra que mesmo Natal sendo um município totalmente urbanizado, as desigualdades na formação docente ainda persistem depois de mais de vinte anos da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) ter determinado a exigência de curso de licenciatura na área específica de atuação. Sobre a formação dos profissionais licenciados, temos o Gráfico 2:



Gráfico 2. Percentual de docentes do Ensino Médio que possuem Licenciatura na primeira graduação segundo dependência administrativa, Natal/RN, 2018.

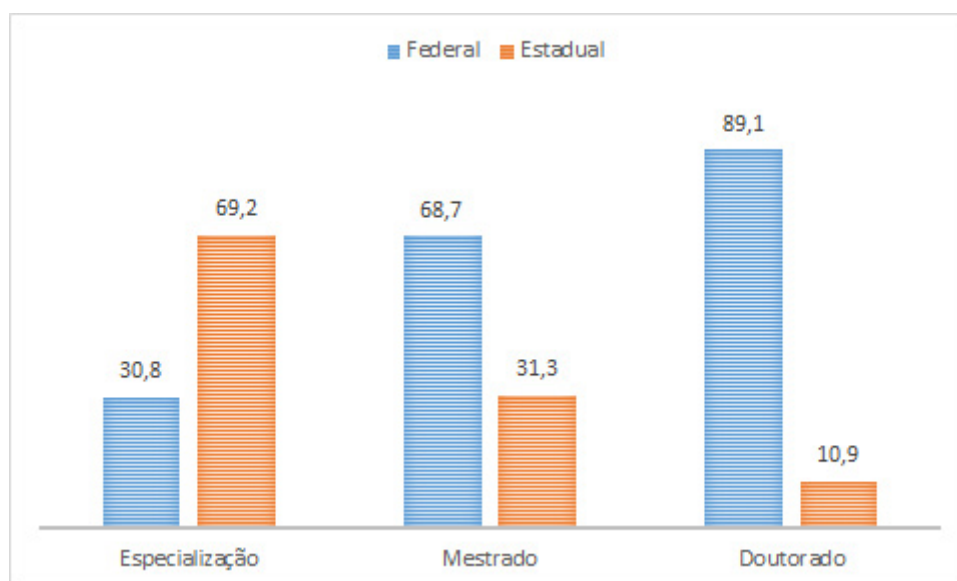


Fonte: Censo Escolar da Educação Básica, 2018.

A rede federal de ensino médio possui baixo percentual de docentes com licenciatura, como esperado. Isso se deve ao fato de que a maioria dos docentes das instituições federais já ingressam nessas instituições com formação profissional de nível de pós-graduação, seja mestrado ou doutorado. Portanto, na maioria das vezes, esses professores possuem o título de bacharel e não licenciado, na primeira graduação.

Já na rede estadual, os docentes que atuam no ensino médio deveriam ter formação em licenciatura nas disciplinas em que atuam, mas, o que ocorre é que existe uma prática muito forte dentro dessas instituições escolares, que é realocar professor de uma determinada disciplina para ministrar outra que não é diretamente atrelada a sua formação. Os professores se submetem a tal prática para complementar carga horária e também devido à falta de demais profissionais dentro das escolas. Apesar da licenciatura ser uma exigência presente na LDB/96, cerca de 23,8% dos docentes em serviço possuem bacharelado. A seguir, o Gráfico 3 apresenta a porcentagem de docentes com níveis de pós-graduação diferentes segundo a dependência administrativa.

Gráfico 3. Percentual de docentes do Ensino Médio que possuem pós-graduação a nível de especialização, mestrado e doutorado, segundo a dependência administrativa, Natal/RN, 2018.



Fonte: Censo Escolar da Educação Básica, 2018.

Como se pode observar, a partir dos dados do Gráfico 3, é na rede federal que se concentra o maior percentual de docentes com formação em nível de mestrado. É também nesta rede que 89,1% dos professores de ensino médio possuem doutorado. Como dito anteriormente, isso se deve ao fato de que no ensino superior, a maioria dos docentes ingressam nos concursos já com formação de pós-graduação. Na rede estadual 31,3% dos docentes possuem mestrado e apenas 10,9% possuem doutorado.

Em nível nacional, apenas 36% dos docentes em serviço na educação básica possuem pós-graduação e este valor se encontra aquém do esperado na meta 16 do Plano Nacional de Educação que era formar, em nível de pós-graduação, 50% dos professores da Educação Básica até o ano de 2024 (BRASIL, 2014). No nível de especialização, nota-se uma grande discrepância entre as esferas estaduais e federais, vê-se que, como mostra o Gráfico 3, 69,2% dos especializados são da rede estadual, enquanto apenas 30,8% são da rede federal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Do ponto de vista da condição dos estabelecimentos de ensino, Natal enquanto município metropolitano apresenta realidades muito diversas, mas em relação às escolas estaduais, a capacidade de ofertar escolas adequadas, ou seja, que proporcione aos alunos infraestrutura capaz de atingir aos propósitos de uma educação de qualidade é baixa (SÁ; WERLE, 2017), tanto de ponto de vista da oferta de infraestrutura como da oferta de insumos. No geral, as variáveis que apresentam maior desigualdade de oferta são a existência de laboratórios de informática, ciências e de quadra de esportes, mostrando a disparidade existente entre as escolas públicas de uma mesma rede.

Em relação ao corpo docente, pode-se constatar que mesmo em Natal, município totalmente urbanizado, em 2018 o número ainda encontramos docentes atuando sem formação superior, ou seja, 2% dos professores possuem apenas com ensino médio. Além disso, o percentual de docentes com bacharelado é de 23,8%. Dessa forma, esses docentes constituem proporção em desacordo com a formação exigida pela LDB de 1996 (formação superior completa na disciplina em que atua, isto é, curso de licenciatura na área de conhecimento específica).

A análise dos indicadores socioeconômicos, de infraestrutura e do corpo docente das escolas de ensino médio em Natal, mostra que as desigualdades escolares na oferta de serviços de educação tem relação com as dinâmicas socioespaciais do município, já que Natal é o município que apresenta desigualdades sociais e econômicas, além de “visíveis condições de marginalização de sua sociedade, como bolsões de pobreza, poluição de seu meio ambiente e falta de infraestrutura urbana em grande parte de seu território” (GOMES et al, 2014, p. 62). Constata-se que a desigualdade de oferta de estruturas básicas nas escolas pode ser um dos fatores que contribuem para os diferentes acessos às oportunidades educacionais e consequentemente a reprodução das desigualdades escolares.

REFERÊNCIAS

- BEZERRA, Renata Mendes. **Padrões espaciais de oferta de educação nos municípios: a Região Metropolitana de Recife/ Renata Mendes Bezerra; orientadora Marta Tereza da Silva Arretche.** - São Paulo, 2017.
- BRASIL. **Estudo exploratório sobre o professor brasileiro: com base nos resultados do Censo Escolar da Educação Básica 2007.** Brasília: MEC/INEP/DEED, 2009c.
- BRASIL. Lei n.13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF., 26 jun 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm> Acesso: 18 de julho de 2019.
- CABRAL, Maria da Conceição Rosa. **O paradigma mecanicista e a educação ambiental nas diretrizes curriculares oficiais de ciências do Estado do Para.** 2000. 121 p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/253396>>. Acesso em: 17 de março de 2019.
- CARMO, et al. **Um estudo da relação entre a adequação na formação docente e o desempenho escolar no Ensino Médio regular.** Educação e Fronteiras On-Line, Dourados/MS, v.4, n.12, p.24-37, set./dez. 2014.
- CASASSUS, Juan. **A escola e a desigualdade.** 2 ed. Brasília: Líber, UNESCO, 2002. 204 p.
- CLEMENTINO, Maria do Livramento M.; FERREIRA, Angela Lúcia (Eds.). Natal: transformações na ordem urbana. Rio de Janeiro, Letra Capital, 2015.
- CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda de; FERREIRA, Ângela Lúcia. Caminhos para se pensar a metropolização de Natal: questões, hipóteses e referências. In: CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda de; Ferreira, Ângela Lúcia (editoras). **Natal: Transformações na Ordem Urbana.** Observatório das Metrôpoles: Série Estudos Comparativos. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.
- COSTA, Fábio Luciano Oliveira. **As Reformas Educacionais na América Latina na Década de 1990.** Ver a Educação, v. 12, n. 1, p. 65-88, jan./jun. 2011.
- COSTA, Gilvan Luiz Machado; OLIVEIRA, Dalila Andrade. **O trabalho docente no Ensino Médio no Brasil: sujeitos e condições singulares.** In: GOUVEIA, Andréa Barbosa; PINTO José Marcelino Rezende; CORBUCCI, Paulo Roberto (Orgs.) **Federalismo e políticas educacionais na efetivação do direito à educação.** Brasília: IPEA, 2011.
- GATTI, Bernadete Angelina. BARRETO, Elba Siqueira de Sá (coords). **PROFESSORES NO BRASIL: impasses e desafios** - Brasília: UNESCO, 2009.
- GOMES, R. C. C.; ALVES, L. S. F.; DANTAS, J. R. Q.; FRANÇA, R. S. A metrópole de Natal na Rede urbana brasileira e sua configuração interna. In: CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda de; Ferreira, Ângela Lúcia (editoras). **Natal: Transformações na Ordem Urbana.** Observatório das Metrôpoles: Série Estudos Comparativos. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.
- MARTINS, Luis Gustavo. Desigualdades sociais e iniquidades fiscais na metrópole do Rio de Janeiro. In: Luiz Cesar Queiroz Ribeiro (Org) **.O futuro das Metrôpoles: desigualdades e governabilidade - 2ª edição.** - Rio de Janeiro : Letra Capital, 2015.
- OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES (2004). **Análise das regiões metropolitanas do Brasil: identificação dos espaços metropolitanos e construção de tipologias.** Rio de Janeiro, Observatório (Relatório de Atividades 1).
- PIERI, Renan Gomes; SANTOS, Alexandre André. **Uma proposta para o Índice de Infraestrutura Escolar e o Índice de Formação de Professores.** Brasília: INEP, 2014.
- Ribeiro, L. C. de Queiroz.. Cidade desigual o cidade partida? Tendências da metrópole do Rio de Janeiro. In: Ribeiro, Luiz Cesar de Queiroz (org.). **O futuro das metrôpoles: desigualdades e governabilidade.** Rio de Janeiro: Editora Revan, 2000.
- RIBEIRO, L. C. Q.; KATZMAN, R. **A Cidade contra a Escola? Segregação urbana e desigualdades educacionais em grandes cidades da América Latina.** Letra Capital, 2014.

RIBEIRO, L. C. Q.; KOSLINSKI, M. C.; ALVES, F.; LASMAR, C. **Desigualdades urbanas, desigualdades escolares**. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles: IPPUR/UF RJ, 2010. 334p.

RIBEIRO, L.C.Q. **O futuro das Metrôpoles: desigualdades e governabilidade**. Luiz Cesar Queiroz Ribeiro (org). - 2º edição. - Rio de Janeiro : Letra Capital, 2015.

SÁ, Jauri dos Santos; WERLE, Flávia Obino Corrêa. **Infraestrutura Escolar e Espaço Físico em Educação: O Estado da Arte**. Cadernos de Pesquisa, v. 47, n. 164, p. 386-413, abr./jun. 2017.

SOARES, J.F; ALVES, M.T.G. **Desigualdades raciais no sistema brasileiro de educação básica**. Educação e Pesquisa, 29 São Paulo, v.29, n.1, p. 147-165, jan./jun. 2003.

SOARES, Sergei; SATYRO, Natália. **A infraestrutura das escolas brasileiras de ensino fundamental: um estudo com base nos censos escolares de 1997 a 2005**. Brasília: MPOGIIPEA, 2007.

TORRES, H. G.; PAVEZ, T. R.; GOMES, S.; BICIR, R. M. **Educação na Periferia de São Paulo: Ou Como Pensar as Desigualdades Educacionais?** In: RIBEIRO, L. C. Q.; KAZTMAN, R. (org) **A cidade contra a escola: Segregação urbana e desigualdades educacionais em grandes cidades da América Latina**. Rio de Janeiro: Letra Capital/ FAPERJ / IPPES, 2008.

TORRES, H.G., FERREIRA, M.P. e GOMES, S. Educação e segregação social: explorando as relações de vizinhança. In: MARQUES, E. e TORRES, H.G. (orgs.). São Paulo: segregação, pobreza e desigualdade. São Paulo: Editora do Senac, 2005, pp. 123-142.

VAILLANT, D. **Atraer y retener buenos profesionales en la profesión docente: políticas en Latinoamérica**. Revista de Educación, 2006, p. 117-140.

VAZQUEZ, D. A. Desigualdades interestaduais no financiamento da educação: o caso do FUNDEF. In: HOCHMAN, G; ARRETCHE, M. e MARQUES, E. (org). **Políticas Públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2014, p. 245-274.

VÉRAS, M. P. B. **Trocando olhares: uma introdução à construção sociológica da cidade**, São Paulo, Educ/Studio Nobel, 2000.